



Oliver Stuenkel

oliver.stuenkel@fgv.br

A pressão antigolpe dos EUA no Brasil

As recentes revelações sobre iniciativas e planos antidemocráticos por integrantes do governo Bolsonaro sugerem que um golpe não aconteceu, acima de tudo, por falta de apoio mais amplo das Forças Armadas brasileiras. Enquanto tudo indica que uma série de lideranças militares – entre elas, os generais Walter Braga Netto, Estevam Teóphilo e Mário Fernandes e o então comandante da Marinha, brigadeiro Almir Garnier – apoiaram os planos de Bolsonaro de se manter no poder mesmo sendo derrotado nas urnas, outros, como o comandante do Exército, Freire Gomes, e o da Força Aérea, Baptista Júnior, parecem ter sido contra.

Demorará anos até termos uma visão completa do ocorrido, e ainda devem emergir numerosos detalhes daqueles meses conturbados da segunda metade de 2022, mas há indícios de que uma análise mais profunda terá de incluir não apenas o cenário doméstico, mas também o externo – com destaque para a atuação dos EUA, que pressionaram, durante parte do ano de 2022, as Forças Armadas brasileiras a respeitarem o resultado das eleições presidenciais, e parecem ter tido um papel altamente relevante e possivelmente decisivo.

Já no fim de 2021, consolidou-se a percepção na Casa Branca de que o governo Bolsonaro representava um possível risco à democracia. O presiden-

te brasileiro continuava falando de supostas fraudes nas eleições americanas de 2020, questionando, de fato, a legitimidade do governo Biden, e sinalizando que poderia tentar dificultar uma transição pacífica de poder caso perdesse as eleições.

Em resposta, o governo Biden montou uma campanha diplomática cujo principal alvo foram justamente as Forças Armadas brasileiras – identificadas pelos EUA como ator-chave em um momento de fragilidade democrática no Brasil –, deixando claro que o não reconhecimento do resultado das urnas por parte dos generais levaria a um redução drástica da relação militar dos EUA com o Brasil, ciente de que a cooperação entre os dois países é muito valorizada pelos fardados no Brasil. A campanha para garantir que o resultado das eleições fosse aceito envolveu o Departamento de Estado, a CIA, a Casa Branca, o Senado e o Pentágono. No âmbito dessa iniciativa, a visita mais relevante ao Brasil foi a de Lloyd Austin, secretário de Defesa, que fez um discurso com várias referências à necessidade de preservar a democracia e deixou claro nas reuniões em Brasília que “as Forças Armadas e as forças de segurança precisam estar sob controle civil”.

Além de Austin, visitaram o Brasil, antes das eleições, o chefe da CIA e o assessor de Segurança Nacional do presidente americano, algo pouco usual na diplomacia dos EUA. O prin-



Secretário de Defesa Lloyd Austin durante conferência em Brasília

Washington acabou adotando posição oposta à de 1964, quando sinalizou apoio aos golpistas

cipal foco das conversas foram os militares vistos como mais radicalizados, entre eles o brigadeiro Almir Garnier. A mensagem que todos levaram às lideranças políticas e militares brasileiras foi sempre a mesma: uma ruptura democrática não só teria consequências para a cooperação militar entre os EUA e o Brasil, mas deixaria

o país sul-americano diplomaticamente isolado no Ocidente. O Departamento de Estado, ao mesmo tempo, enfatizou sua plena confiança no sistema eleitoral brasileiro.

Poucas horas após a divulgação dos resultados da eleição, Biden parabenizou o presidente Lula. O então vice-presidente Mourão, por sua vez, logo depois da derrota de Bolsonaro, escreveu nas redes sociais, tentando acalmar os manifestantes pró-Bolsonaro, que “agora querem que as Forças Armadas deem um golpe e coloquem o País numa situação difícil perante a comunidade internacional”; argumento que parece reforçar a tese de que o cenário externo hostil a

uma ruptura democrática tenha sido crucial para garantir que as Forças Armadas não ultrapassassem seus limites.

É claro que nada disso sugere que os EUA, sozinhos, foram responsáveis por preservar a democracia brasileira em 2022. Mas é inegável que não se pode compreender os eventos da época sem levar em consideração uma campanha diplomática dos EUA. Washington acabou adotando posição oposta à de 1964, quando sinalizou apoio aos golpistas, e teve papel importante na ruptura da democracia brasileira.

A atuação dos EUA de 2022, ainda pouco explorada na literatura das Relações Internacionais – acima de tudo porque os principais envolvidos ainda ocupam seus postos no governo americano e não podem falar abertamente – é um caso interessante por vários motivos, entre eles uma situação paradoxal: Bolsonaro havia se projetado, no início de seu mandato, como presidente pró-americano; e o candidato Lula, que assumiu a presidência em janeiro de 2023, tem longo histórico de críticas à política externa dos EUA na América Latina. Tanto que, apesar de Lula ter agradecido a Biden pelo apoio à democracia brasileira, a relação bilateral com os EUA pouco avançou desde que ele retornou ao Planalto. ●

É ANALISTA POLÍTICO E PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA FGV EM SÃO PAULO



Papa Francisco e Javier Milei no Vaticano; reconciliação e abraço

Argentina

Após ataques na campanha, Milei abraça papa no Vaticano

VATICANO

O presidente da Argentina, Javier Milei, abraçou o papa Francisco durante um encontro no

Vaticano ontem depois de atacá-lo nas eleições do ano passado. O líder católico foi um dos alvos do libertário, que o chamou de “comunista” e “encarnação do maligno”.

Agora, Milei dá sinais de reaproximação. Diante de centenas de fiéis, ele curvou-se para cumprimentar e abraçar o papa argentino na Basílica de São Pedro, no fim da missa de canonização da beata Maria Antonia de Paz y Figueroa, conhecida como Mama Antula (1730 – 1799), a primeira santa da Argentina. Os dois líderes também conversaram antes da missa, segundo o Vaticano.

Hoje, Francisco receberá Milei para uma audiência quando poderão conversar por mais tempo. Milei se reunirá também com o presidente do italiano, Sergio Mattarella, e com a primeira-ministra Giorgia Meloni.

A audiência acontecerá em uma atmosfera carregada pelos ataques de Milei ao papa durante a campanha, seguidos por um esforço de aproximação com uma carta-convidate para visitar a Argentina. Francisco não vai à sua terra natal desde que foi escolhido como papa, em 2013. ● AFP

Conflito no Oriente Médio

Egito ameaça suspender tratado histórico de paz com Israel em caso de invasão a Rafah

O Egito está ameaçando suspender seu tratado de paz com Israel caso as tropas do país sejam enviadas para a cidade de Rafah, na sua região de fronteira com a Faixa de Gaza. O acordo de Camp David é uma pedra angular da estabilidade regional há quase meio século. Para o governo egípcio, combates podem fechar a principal rota de entrega de ajuda ao território. A pressão internacional para evitar a invasão tem aumentado. Em conversa com o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, o presidente dos EUA, Joe Biden, disse que uma operação não deve acontecer a menos que um plano garanta a segurança dos civis. Rafah é uma das últimas áreas em Gaza onde as tropas israelenses ainda não entraram. ●

Aliança militar

Secretário-geral acusa Trump de minar segurança da Otan após dizer que não defenderá aliados

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, acusou ontem o ex-presidente dos EUA Donald Trump de “minar a segurança” dos países da Aliança. As críticas de Stoltenberg foram feitas depois que Trump voltou a criticar os países da Otan que não financiam suficientemente a defesa coletiva do bloco, deixando de cumprir o compromisso de gastar 2% de seu produto interno bruto (PIB) em gastos militares, em um comício eleitoral na Carolina do Sul, no sábado. O republicano disse que, no caso de um ataque russo a qualquer um desses países, se ele for presidente, não apenas se recusará a protegê-los, mas incentivaria a Rússia a “fazer o que quiser” com eles. ●